



**Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional,
Empresas Públicas, Concessionárias e Afins**

DIRECÇÃO REGIONAL DE PONTA DELGADA



www.stal.pt

Rua Dr. António Gaspar Read Henriques, 3 R/C Dt.º, 9500-184 PONTA DELGADA - Telef: 296286430 - Fax: 296628983
Email: stal.pontadelgada@stal.pt

RESOLUÇÃO

35 HORAS: UM DIREITO COM MAIS DE UMA DÉCADA E MEIA NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL SINAL DE PROGRESSO E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Após a tentativa da imposição do período normal de trabalho de 40 horas semanais e 8 diárias, contra tudo e todos e a decisão do Tribunal Constitucional que, por acordo colectivo de trabalho (ACT) poderiam ser instituídos períodos de trabalho inferiores, foi o STAL o sindicato que, em tempo útil, fez chegar à autarquia de Ponta Delgada uma proposta negocial de acordo colectivo de entidade empregadora pública (ACEEP), sendo também o sindicato mais representativo dos trabalhadores ao serviço desta autarquia.

Após “negociar” um acordo colectivo de entidade empregadora pública (ACEEP) em tempo recorde com uma associação sindical pouco representativa, o SINTAP, o município e os serviços municipalizados de Ponta Delgada tudo têm feito para bloquear as negociações de ACEEP com o STAL, tentando assim impor aos trabalhadores da autarquia um acordo que não serve os seus interesses, a “pretexto” de que assim seria aplicado um período normal de trabalho de 35 horas semanais e 7 horas diárias a todos os trabalhadores.

Simultaneamente, esta autarquia tudo tem feito para impôr este acordo “negociado” com a referida estrutura sindical, sempre ao dispôr para “negociações” deste género, aos trabalhadores e ao sindicato verdadeiramente mais representativo, o STAL, revelando simultaneamente o Município total incapacidade para negociar efectivamente o seu clausulado ou dialogar com quem de facto representa os trabalhadores.

Este ACEEP, acenando com a “cenoura” das 35 horas, prevê no seu clausulado regras de horário absolutamente retrógradas e destruidoras do princípio da jornada de trabalho e da organização da vida familiar, cultural e social dos trabalhadores, constituindo um verdadeiro atentado à sua liberdade.

Este processo, revela uma clara tentativa de fuga ao diálogo e à negociação efectiva, tratando de forma obscura questões laborais centrais para todos os trabalhadores ao serviço da autarquia.

Por parte do STAL e dos trabalhadores, tudo foi feito no sentido de encetar e concluir um verdadeiro processo negocial, que responda aos anseios e interesses de todas as partes, fixando um conjunto de regras claras que permitam a ambas as partes saber a todo o tempo quais os seus respectivos direitos e deveres.

Em nenhuma situação este sindicato desistiu ou desistirá de defender os direitos, interesses e garantias dos trabalhadores, mostrando sempre a nossa disponibilidade para em processo negociais claros e transparentes, encontrar as soluções que permitam dar resposta e encontrar soluções que garantam as necessidades dos serviços públicos prestados, sem atentar contra os trabalhadores.

Assim reafirmamos que o que a autarquia de Ponta Delgada tem feito representa não só um total desrespeito pelos seus trabalhadores mas também um completo repúdio dos mais basilares princípios da democracia bem como dos direitos constitucionais à contratação colectiva, à organização do trabalho com respeito pela vida social e familiar dos trabalhadores e à livre associação sindical.

Desta forma, parece ser claro que o que a autarquia de Ponta Delgada pretende, é fragilizar ainda mais a situação destes trabalhadores, já gravemente atingidos por todas as medidas gravosas de um governo que desde o primeiro momento escolheu os trabalhadores da administração pública como seu alvo preferencial, impondo sucessivos cortes remuneratórios e praticando um verdadeiro roubo aos direitos e garantias duramente conquistados ao longo de décadas de luta.

E no entanto, reafirmamos que ainda há tempo para alterar esta situação e encetar um verdadeiro processo negocial.

Os trabalhadores do Município de Ponta Delgada, e o seu sindicato, reunidos em Plenário-Concentração nos Paços do Concelho de Ponta Delgada, reafirmam que só poderá existir um acordo se ambas as partes estiverem disponíveis para encontrar soluções que dêem respostas aos desejos e anseios de cada uma, não aceitando que o Município pretenda impor um ACEEP previamente negociado com uma outra estrutura sindical aos trabalhadores representados pelo STAL.

E exigem:

- O agendamento urgente de uma reunião para negociação da proposta de ACEEP com o STAL, em representação dos trabalhadores ao serviço da autarquia;
- A consagração efectiva do período normal de trabalho das 35 horas semanais e sete horas diários;
- O pleno respeito pelo seu direito à fixação dos seus horários, com tempos de entrada e saída previamente determinados, de modo a respeitar a organização da vida familiar, cultural e social dos trabalhadores.

Os trabalhadores reunidos na Concentração-Plenário, nos Paços do Concelho de Ponta Delgada

Ponta Delgada, 23 de Julho de 2014